

A necessidade de um acordo político para a dívida

A eleição de George Bush para a Presidência dos Estados Unidos com 54% dos votos populares, ante 46% do candidato democrata e governador do Estado de Massachusetts, Michael Dukakis, quebra uma série de tabus na política norte-americana. Desde 1836, ou seja, há 152 anos, que um vice-presidente não era eleito para governar a nação mais poderosa do planeta. É também a primeira vez nos últimos quarenta anos que um partido político, no caso o Republicano, mantém o controle da Casa Branca por três mandatos seguidos. A escolha de Bush marca o quinto triunfo dos republicanos nas últimas seis eleições presidenciais dos EUA.

A vitória consolidada já com a abertura das primeiras urnas — todas as pesquisas davam como certa a escolha de Bush — não foi tão folgada como a conseguida por Ronald Reagan em sua reeleição em 1984. Naquele ano, o atual presidente norte-americano obteve 58,7% dos votos contra os 40,5% dados a seu oponente Walter Mondale. Em sua primeira eleição, Reagan derrotou Jimmy Carter, em 1980, conseguindo 50,7% dos votos, ante 41%.

Apesar desse estreitamento de margens, o País que o novo presidente deve herdar a partir do próximo dia 20 de janeiro, quando oficialmente toma posse como o quadragésimo ocupante da Casa Branca, é bem diferente do legado deixado por Carter em 1980. Naquele ano a inflação batia na casa dos dois dígitos. Havia um forte sentimento de orgulho ferido pela tomada de reféns americanos pelo governo revolucionário do Irã e era visível o descontentamento da população com a administração dos democratas.

Passados oito anos, a taxa de inflação nos Estados Unidos baiou para algo próximo dos 5% ao ano. O desemprego é um dos mais baixos dos últimos catorze anos (em setembro a taxa foi de 5,3%) e a economia interna continua expandindo-se, com o Produto Nacional Bruto (PNB) subindo 2,2% no terceiro trimestre deste ano. O maior desafio que o novo governo terá será o de encontrar fórmulas para estancar o crescimento dos gigantescos déficits fiscal e comercial dos EUA. Só no mês de agosto, por exemplo, o déficit comercial norte-americano superou US\$ 12 bilhões.

É dentro desse clima de paz e prosperidade que George Bush deve governar. A economia mundial, segundo as últimas previsões do Fundo Monetário International (FMI), deve crescer perto de 4% neste ano, puxada, em grande parte, pelo maior vigor demonstrado pelas economias dos países industrializados.

Naturalmente, todo esse quadro poderá tornar mais fácil a abertura de negociações para que alguns cruciais problemas que afetam determinadas nações sejam equacionados.

Uma das dificuldades que os países em desenvolvimento têm enfrentado é o crescimento do protecionismo, que tem aumentado o fosso entre os povos em razão do agravamento dos desequilíbrios comerciais. A consequência é o aumento da miséria pela contínua deterioração dos níveis de renda "per capita".

Apesar das ameaças de retaliações e imposição de sobretaxas sobre alguns produtos, a administração republicana do presidente Reagan, que no começo de 1989 passa às mãos de George Bush, não causou grandes problemas ao Brasil. Em 1980, ainda sob a ges-

tão do democrata Jimmy Carter, o déficit comercial brasileiro com os Estados Unidos foi da ordem de US\$ 500 milhões. Em 1984, quando da reeleição de Reagan para um segundo mandato, o Brasil passou a ter um superávit perto dos US\$ 5,5 bilhões. Em 1987 esse superávit foi da ordem de US\$ 4,3 bilhões.

Mas o problema crucial é a dívida externa. Números do FMI indicam que cerca de 40% do Produto Interno Bruto dos países em desenvolvimento está comprometido com o pagamento de suas dívidas.

Há uma expectativa de que a questão da dívida mereça maior atenção do novo governo norte-americano, já que os próprios acordos de reescalonamento elaborados até agora — inclusive o do Brasil — não representam nenhuma solução. Há, por isso, a necessidade de uma negociação política entre os governos para resolver problema estrutural de tal magnitude.

Do contrário, há grande risco de um colapso no sistema financeiro internacional pelo gigantismo do estoque da dívida acumulada pelos devedores.